

# CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2018

## FRATERNIDADE E SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

*“Vós sois todos irmãos” (Mt 23,8)*

### Resumo do Texto-Base

#### INTRODUÇÃO

A Quaresma é o caminho de transformação, de libertação, pois é tempo de conversão, mudança de vida: transformação em Cristo! Nesse tempo precioso de transformação, a Igreja no Brasil apresenta às comunidades uma realidade que pede atenção, mudança, conversão.

A experiência de estar exposto a situações de violência é relatada por um grande número de brasileiros. Os episódios de violência intensificaram-se e tornaram-se comuns também em cidades pequenas e médias, deixando de ser um fenômeno típico das grandes metrópoles. No entanto, sempre encontramos muitos lugares onde existe a preservação da harmonia e da paz ou foi construída uma vida pacífica e fraterna.

A violência direta, quando uma pessoa usa a força contra a outra, é que chama mais a atenção. Porém, vemos crescer sempre mais as formas coletivas e organizadas da prática da violência. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência se caracteriza pelo uso intencional da força contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo de pessoas, que pode resultar em dano físico, sexual, psicológico ou morte.

A violência não será superada com medidas que ignorem a complexidade dos problemas, com a multiplicidade dos operadores que atuam nessa área. É indispensável compreender que a violência não é um caso apenas reservado ao tratamento policial, à lei, mas é uma questão social, que requer a atenção e a participação de toda a sociedade

Nesta Campanha da Fraternidade desejamos refletir a realidade da violência, rezar por todos os que sofrem violência e unir as forças da comunidade para superá-la.

#### *A Quaresma e a Campanha da Fraternidade*

A Quaresma é um tempo forte de penitência e de mudança de vida, que nos insere sempre mais no mistério de Cristo. O insistente apelo à penitência e conversão não se apresenta na dinâmica da “tristeza”, mas de uma “sóbria alegria”, alimentada pela esperança. Alegria do reencontro: a salvação!

Iluminados pela Palavra de Deus buscamos uma nova relação com as criaturas, com os irmãos e irmãs e com Deus, num caminho sustentado pela: oração, como disponibilidade, entrega e docilidade à vontade do Pai; esmola, como partilha de bens e de gestos solidários, e de atenção misericordiosa; e jejum, como esvaziamento na imitação de Cristo na cruz.

A liturgia despe-se de suas glórias e convida-nos à sobriedade e ao despojamento do supérfluo, num tempo de germinação silenciosa e profunda, iluminada pela esperança e expectativa, para sermos imagens de Cristo. Ele é o que nós somos e o que somos convidados a ser.

A Campanha da Fraternidade desperta para uma cultura de fraternidade, apontando princípios de justiça, denunciando ameaças e violações da dignidade e dos direitos, abrindo caminhos de solidariedade.

#### *Objetivo Geral*

Construir a fraternidade, promovendo a cultura da paz, da reconciliação e da justiça, à luz da Palavra de Deus, como caminho de superação da violência.

#### *Objetivos Específicos*

- Anunciar a Boa-Nova da fraternidade e da paz, estimulando ações concretas que expressem a conversão e a reconciliação.
- Analisar as múltiplas formas de violência, especialmente as provocadas pelo tráfico de drogas.
- Identificar o alcance da violência, nas realidades urbana e rural, propondo caminhos de superação, a partir do diálogo, misericórdia e da justiça, com o Ensino Social da Igreja.
- Valorizar a família e a escola como espaços de convivência fraterna.
- Identificar, acompanhar e reivindicar políticas públicas.
- Estimular ações que levem à superação da violência.
- Apoiar os centros de direitos humanos, comissões de justiça e paz, conselhos paritários de direitos e organizações da sociedade civil que trabalham para a superação da violência.

## **VER**

### **1. Múltiplas formas de violência**

O tema da violência, da superação da violência e da segurança, tornou-se uma das principais realidades a serem discutidas. Ao longo da década de 1990 cresceu o acesso aos equipamentos e aos serviços privados de proteção, devido ao fracasso ou da insuficiência dos meios empregados pelo Estado. Essa aparente proteção aumenta o isolamento, impede o confronto necessário e benéfico com o outro, abrindo portas para o estranhamento e o ódio.

Tendo menos de 3% da população mundial, o Brasil responde por 13% dos assassinatos no planeta, atingindo o topo em 2014 em número de homicídios. É fundamental compreender a complexidade e as razões de semelhante tragédia humana. A reflexão toma por eixo a segurança pública como uma política voltada a assegurar e ampliar os direitos dos cidadãos e a garantir o funcionamento das instituições necessárias para que uma sociedade seja efetivamente democrática.

O contexto social e econômico tem forçado os países a redefinir os papéis atribuídos ao Estado e a rediscutir projetos políticos e de gestão dos serviços públicos. Um dos maiores desafios em segurança pública é garantir que as políticas públicas implementadas tenham em vista o aumento da solidariedade entre as pessoas, ao invés de enclausurá-las.

Assim, a questão de segurança pública não é apenas um problema de polícia, mas diz respeito a todos os brasileiros. Não se resolve a questão da segurança sem ações em educação, saúde, esporte, cultura e setores que possam tornar mais pleno o exercício da cidadania. Ao invés de perceber a violência reduzida ao exercício direto da força, pretende-se descrever as situações estruturais de geração e perpetuação da violência.

A superação da violência se torna, assim, um sinal do amor que Deus nutre pelo ser humano criado para ser irmão. Como cristãos, somos chamados a construir o Reino da verdade e da graça, da justiça, do amor e da paz, pois somos todos irmãos.

#### ***1.1 A experiência cotidiana da violência***

Costuma-se dizer que o Brasil é um país abençoado, uma nação ordeira e pacífica, com a alegria e a festividade, um país acolhedor que une a ordem ao progresso. Essa imagem convive com inúmeras contradições e parece não resistir a uma análise mais crítica. Incontáveis e constrangedoras são as contradições que mostram a fragilidade dessa representação idílica que se faz do Brasil.

Os números da violência no país estampam uma dessas contradições. Pesquisa da Rede Nossa São Paulo e Ibope revela que os maiores temores de crianças e adolescentes é a possibilidade de ser roubada ou assaltada e também o medo do tráfico de drogas e o medo da polícia. Crianças e adolescentes são vítimas em 58% dos casos. O Mapa da Violência de 2016 mostra que 05 pessoas são mortas por arma de fogo a cada hora, 123 pessoas por dia; em 2014 foram 40 mil mortes, número superior a guerras.

Homicídios, sequestros, estupros e diversas outras formas de violência se tornam a principal preocupação. Mas a violência direta pode ter formas sutis sem, com isso, tornar-se menos danosa. As redes sociais têm contribuído para dar visibilidade à violência expressa sob a forma de preconceito ou ódio de classe, de raça, de gênero, de política e até mesmo de intolerância religiosa.

Mesmo nas relações sociais cotidianas, o equilíbrio necessário à existência pacífica tem aparecido frágil, a cordialidade parece ceder lugar a intolerância. É possível suspeitar que a sociedade brasileira possa estar consolidando modos de vida cuja referência é fazer justiça com as próprias forças. Mas também encontram-se situações de coexistência pacífica. Convivência pacífica e sociabilidade violenta parecem disputar os mesmos espaços no cotidiano.

Três fatores são fundamentais para definir esses espaços de paz e de guerra. O primeiro deles é a ação (ou omissão) do poder público, com quase ausência das políticas de proteção, promoção e defesa de direitos nas periferias, enquanto em áreas nobres a presença do poder público se faz de múltiplas formas. O segundo ponto está relacionado ao poder do dinheiro; segurança deixa de ser direito e torna-se privilégio de quem pode pagar. Um terceiro ponto diz respeito ao tratamento seletivo dado pelos órgãos públicos, dos três poderes, em relação à garantia de direitos, como acesso à Justiça.

### ***1.2 A violência institucional***

A violência direta é a forma mais extrema de agressão, mas apenas aparentemente é a mais letal. Diferentemente das formas de violência direta, existem outras que não se configuram como um fato ou evento remissível a um ou mais agressores. Não se trata de um evento isolado, mas de um processo que acaba gerando dano a um segmento social.

A violência no Brasil está relacionada a modelos de organização e a práticas sociais que alcançam um nível institucional e sistemático de produção e perpetuação de modos de vida violentos, permeando as instituições sociais. A correlação entre violência e contexto social, econômico e político, é revelada por estudos que associam o aumento da violência letal ocorrido na década de 1980 com a crise socioeconômica vivida naquele período. O incremento da violência é determinado por múltiplos fatores, dificilmente reduzido a uma causalidade única. Entretanto, não se pode ignorar a influência do contexto socioeconômico na geração da violência.

Na primeira década deste século, muitos fatores contribuíram para a ocorrência de uma certa diminuição da taxa de homicídios. Ao lado de significativas alterações demográficas, houve mudanças importantes no debate político e na gestão da segurança, como o Estatuto do Desarmamento, que propunha o controle e a restrição da aquisição de armas de fogo.

A existência pacífica encontra-se sempre situada pela ação do próprio Estado, mas também por outros setores e outras organizações da sociedade. A violência em tal caso, não parece ser redutível a uma disfunção ou mal funcionamento do aparato estatal, mas como processo de produção e reprodução de desigualdades. Os danos causados por esse tipo de violência só aparecem em longo prazo e se manifestam sobretudo na desigualdade de oportunidades.

A desigualdade de poder acaba por implicar uma distribuição também desigual dos bens e serviços. Por exemplo, a escolaridade baixa ou insuficiente tende a redundar em ocupações com pior remuneração e, conseqüentemente, em restrições econômicas, nas quais a pessoa não consegue alimentar-se adequadamente nem pagar pelo atendimento de saúde ou adquirir medicamentos. O combate à violência estrutural exige, portanto, medidas mais complexas que reduzam a exclusão.

### ***1.3 A cultura da violência***

Na expressão "violência cultural", cultura remete à ideia de cultivo; embora designe o contexto de interpretação de realidade que precede os indivíduos, é também resultado dos

próprios mecanismos que a formam. Por “violência cultural” entendem-se as condições em razão das quais uma determinada sociedade não reconhece como violência atos ou situações em que determinadas pessoas são agredidas. Criam-se processos que fazem aparecer como legítimas certas ações violentas. A violência cultural não é, uma causa da violência direta, mas cria as condições em meio às quais chega a tornar-se difícil, para a sociedade, reconhecer um ato ou sistema como violento.

Da forma como a violência é tratada, sobretudo na mídia, torna-se fácil associar o quadro de violência no Brasil à atividade criminosa e, em particular, ao tráfico de drogas e à corrupção. Porém há grande proporção de assassinatos cometidos por impulso ou por motivos fúteis, e nesse contexto, a reação violenta torna-se naturalizada e se converte em indiferença.

Um argumento semelhante se presta a dizer que jovens, negros e mulheres sofrem violência quando e porque fazem algo indevido, no vestir-se ou ser drogado. Neste caso entende-se que uma certa dose de violência seria, inclusive, benéfica, para afastar as "pessoas de bem" do crime e castigar quem deixou de fazer "aquilo que é certo".

A violência cultural é estreitamente ligada às construções simbólicas que, coletivamente, grupos sociais adotam como explicações válidas, e que naturalizam as desigualdades, invertem relações de causa e efeito, reduzem ao silêncio as contradições da sociedade. Há cultura da violência quando, em uma sociedade, vão sendo tomadas decisões que inviabilizam a construção da justiça e da equidade e, por isso, o nascimento e a afirmação da paz e da fraternidade.

Diferentemente da violência direta, a violência cultural pode ser mais esquiva. Esconde-se em meio a crenças legítimas, a formas de pensamento e de linguagem. Por exemplo, na forma como se constroem as relações sociais no Brasil, entende-se comumente que a desigualdade é algo natural, tratando alguns sujeitos sociais como naturalmente inferiores: mulheres, trabalhadores, negros, etc.

## **2. A violência como sistema no Brasil**

### ***2.1 A violência como parte da história do Brasil***

Desde o período colonial, foi sendo imposto um arranjo social no qual certas categorias de pessoas recebiam um tratamento melhor do que outras. A ideia de que o colonizador branco era superior aos índios e negros foi adquirindo formas diferentes. Os ideais republicanos, implantados por uma elite econômica, política e jurídica, jamais chegaram à plenitude, instituindo-se apenas uma igualdade formal dos indivíduos. Forja-se uma sociedade altamente hierarquizada – baseada em relações de mando e subordinação, ao invés de fundar-se na igualdade de direitos.

Esse movimento de produção e reprodução de desigualdades, gerador de tantas formas de violência, raramente é suspenso. As políticas de governo (ou a falta delas) reforçam essa disposição das relações de poder, consolidando privilégios.

O Brasil é um país perigoso para quem atua em favor da igualdade de direitos. O estudo *Vidas em luta*, elaborado pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, reunindo 24 organizações e movimentos sociais, publicado em 2017, revela que 66 defensores dos direitos humanos foram assassinados no Brasil em 2016. O crescimento desse tipo de violência deve-se ao cenário de instabilidade política, ameaça aos direitos, criminalização, esvaziamento político e financeiro de órgãos como o Inbra e a Funai.

### ***2.2 Política e violência no Brasil***

O modo violento de se viver em sociedade no Brasil se dá por causa da escolha de alguns grupos que, ao tentar manter a atual ordem estabelecida, tornam alguns modelos fixos e sem alteração. O termo "política" pode ser entendido como as negociações que se estabelecem para que pessoas – com interesses tão numerosos e, por vezes, antagônicos – possam dividir pacificamente um mesmo espaço. Não há solução para a violência fora das

discussões no âmbito da política. Cabe às decisões políticas uma parcela na responsabilidade pela perpetuação de estruturas geradoras de violência no Brasil.

Existem hoje, no Congresso Nacional, parlamentares identificados com segmentos econômicos e sociais fortemente interessados em propostas potencialmente geradoras de violência.

Além dessa temática da segurança pública, existem outros temas discutidos que sempre são pautados pelo fator econômico.

A corrupção é a expressão de que o dinheiro está em primeiro lugar e a dignidade das pessoas e o bem comum em segundo; trai a justiça e a ética social, compromete o funcionamento do Estado, confunde o público e o privado; enfraquece as políticas sociais, marginaliza os pobres

O Papa Francisco tem se posicionado firmemente contra essa cultura do descartável, “criada pelas potências que controlam as políticas econômicas e financeiras do mundo globalizado”; tem criticado a economia de mercado ortodoxa por estimular a injustiça e a desigualdade. O governo brasileiro tem encaminhado várias “reformas”, as quais tem dado mais importância ao mercado do que às pessoas, como a proibição do aumento de gastos públicos em políticas sociais.

Tem se disseminado a sensação de que a política é uma atividade de corruptos. Durante muito tempo a principal (senão única) forma de intervenção dos cidadãos na política foi feita por meio do voto. Um dos princípios mais importantes para o funcionamento de uma democracia é o livre exercício, pelo cidadão, do seu direito de participar das decisões que, mesmo indiretamente, podem afetar sua vida. Vem se aprofundando a constatação de que as estruturas da chamada democracia representativa já não atendem às necessidades. Se não acontece uma participação massiva da população, sobra espaço para que representantes de interesses egoístas tomem conta dos poderes da República. Essa indiferença é acentuada porque o sistema eleitoral permite que candidatos bem votados transfiram parte de seus votos para outros, desconhecidos.

Outra característica da política nos últimos anos é a criminalização dos movimentos sociais que têm pontos de vista diversos sobre as propostas que vêm sendo aprovadas. O Estado é cúmplice da violência contra movimentos populares e sociais quando deixa de agir.

### ***2.3 A violência resultante da desigualdade econômica***

Ao gerar exclusão e perpetuar desigualdades sociais, a economia produz violência e morte. A competitividade se converte em indiferença numa forma mal disfarçada de egoísmo. Esse modelo econômico deixa para trás, às margens do desenvolvimento, grande parte da população. Apenas 62 pessoas detêm o mesmo dinheiro que a metade mais pobre da humanidade; os mais ricos correspondem a 1% da humanidade, mas detêm 99% das riquezas.

O sistema econômico pautado na promoção da desigualdade produz violência na medida em que favorece o bem-estar de uma pequena parcela enquanto nega oportunidades de desenvolvimento a milhões de pessoas. Outro aspecto refere-se à equidade na destinação dos recursos públicos às diversas regiões do país. Tal desigualdade é responsável por índices de desenvolvimento humano baixos e por indicadores de violência elevados em locais negligenciados.

## **3. As vítimas da violência no Brasil contemporâneo**

### ***3.1 Violência racial***

A violência racial no Brasil é uma situação que faz supor uma forte correlação entre as três formas de violência (direta, estrutural e cultural), resultado de questões socioeconômicas históricas e de representações culturalmente produzidas sobre o negro, o índio e o migrante. Recentemente imigrantes vêm sendo tratados com desrespeito e ódio e submetidos a situações

de trabalho degradantes; e também o Estado brasileiro contribui para agravar a situação daqueles que buscam refúgio neste país.

A xenofobia atinge os migrantes dentro do próprio país. Tal forma de racismo vem da suposição de que existam raças humanas distintas e que umas são superiores a outras. O Mapa da Violência 2016 indicou queda de 26,1% das pessoas brancas vítimas de homicídio por arma de fogo, entre 2003 e 2014, mas pessoas negras vitimadas por essa forma de homicídio cresceu 46,9%. Há uma diferença de 158,9% a mais de negros vitimados por armas de fogo do que brancos.

### ***3.2 Violência contra jovens***

Entre jovens de 15 a 24 anos, os homicídios são a principal causa de morte. Em 2011 52,63% das mortes por homicídios era de jovens, sendo a maioria de negros (71,44%), e do sexo masculino (93,03%). O número de homicídios por armas de fogo cresceu 592,03% entre 1980 e 2014, mas das vítimas jovens foi de 699,5%. Os jovens representam 26% dos brasileiros, mas são 58% das vítimas. Esses números indicam que a questão ultrapassa os limites das políticas de segurança e se torna um problema de saúde pública e da civilidade e de violação de direitos humanos.

### ***3.3 Violência contra mulheres e homens***

As vítimas de homicídio são, em maior parte, homens. Mas entre 2001 e 2011, o aumento de assassinatos de homens foi de 8,1% e de mulheres cresceu 17,2%. No Brasil ocorre 2,4 vezes mais homicídios de mulheres do que a média internacional. No caso da violência contra as mulheres, as negras estão em maior número. Entre 2003 e 2013 houve redução de 9,8% de homicídios de mulheres brancas, e aumento de 54,2% de assassinios de mulheres negras.

O local da violência contra mulher é o domicílio da vítima; em 2013, das mulheres assassinadas 27,1% estavam em casa. Em 2014, diariamente 405 mulheres foram atendidas em unidades de saúde por terem sofrido algum tipo de violência doméstica, sexual ou outras formas de agressão. Em 2015, o Brasil registrou 45.460 casos de estupro, mas devem ter ocorrido entre 129,9 mil e 454,6 mil estupros naquele ano, pois muitos casos não são notificados.

### ***3.4 Violência Doméstica***

A violência contra a mulher ocorre, principalmente, dentro de casa; em 2011 71,8% das agressões registradas pelo SUS ocorreram no domicílio da vítima. Considerando as mulheres na faixa de 30 a 39 anos, 70,6% dos casos o parceiro ou ex-parceiro é o agressor. Os crimes cometidos no âmbito das relações familiares possuem índices muito baixos de punição, estimando-se que apenas 7,4% desses agressores foram condenados ou aguardam julgamento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma em cada seis pessoas (16%) com mais de 60 anos de idade já sofreram algum tipo de abuso, onde o agressor é quase sempre é um familiar. Outro grupo de vítimas da violência doméstica são as crianças e adolescentes, mas não há dados que revelem a extensão, pois muitas situações de agressão são naturalizadas e não chegam a ser nomeadas como casos de violência, como o abuso sexual, os ataques verbais ou físicos e a negligência.

A pobreza é uma das piores formas de violência que uma criança pode enfrentar. Segundo a ONU, a pobreza é a causa da morte de pelo menos 17 mil crianças e jovens todos os dias; 61 milhões de crianças estão fora da escola e 1 bilhão de crianças vivem na pobreza do mundo.

Estudos divulgados pela revista The Lancet concluíram que a pobreza e a desigualdade social prejudicam seriamente a saúde, diminuindo o tempo de vida. Nesse sentido, o cuidado que mãe e pais dedicam nos primeiros 1000 dias do bebê (gestação e primeiros dois anos de

vida) são primordiais para uma vida saudável. Toda criança necessita de apoio incondicional na primeira infância, mas as crianças cujas famílias não possuem recursos educacionais, sociais e econômicos terão deficiência que podem se refletir no futuro e dificultar o aprendizado, ampliar a chance de problemas de saúde, reduzir sua competitividade, dando continuidade ao ciclo de pobreza. É necessário mobilizar a sociedade e todos os segmentos e recursos para acabar com a pobreza e garantir que a criança seja acolhida e protegida pela família desde a sua concepção.

### ***3.5 Exploração sexual e tráfico humano***

O tráfico de pessoas é, atualmente, uma das formas mais violentas de exploração do ser humano no mundo inteiro. É uma forma de crime atrelada à exploração sexual, ao comércio de órgãos, à adoção ilegal, à pornografia infantil, às formas ilegais de imigração com vistas à exploração do trabalho em condições análogas à escravidão, ao contrabando de mercadorias, armas e ao tráfico de drogas. Cerca de 75% das vítimas são mulheres e meninas. Trata-se de uma das três atividades criminosas mais rentáveis, ao lado do tráfico de drogas e de armas.

### ***3.6 Violência contra os trabalhadores rurais e contra os povos tradicionais.***

No Brasil, a violência no campo tem suas raízes no passado colonial. Além do genocídio indígena e da escravidão, o país se munuiu, durante os séculos XIX e XX, de instrumentos legais para privar pobres e afrodescendentes do acesso à terra, formando grandes latifúndios enquanto os mais pobres foram submetidos a trabalhos extenuantes.

A Constituição de 1988 reconhece os povos originários e seus direitos. Ao invés de se caminhar para uma solução que vise à construção da paz no campo, assiste-se à adoção de medidas que expandem as fronteiras agrícolas sobre os territórios ocupados por populações tradicionais. Também aumentou a disputa pela água, associada ao uso privatista dos recursos hídricos praticado pelos grandes negócios em detrimento de comunidade inteiras; e a luta dos atingidos por barragens e por outros grandes empreendimentos.

Segundo a Pastoral da Terra, todas as formas de violência no campo tiveram aumento expressivo, com 22% a mais de assassinatos; as tentativas de assassinato aumentaram 25% e as ameaças de morte cresceram 39% assim como o número de agressões (206%); também cresceu 185% o número de prisões de lideranças e manifestantes.

Permanece o quadro de omissão dos poderes públicos, que se negam a respeitar e cumprir a Constituição Federal quanto à demarcação, proteção e fiscalização das terras indígenas. Permanece a realidade de agressões às pessoas que lutam por seus legítimos direitos, agravam-se os ataques contra comunidades, permanece a invasão e devastação das terras demarcadas.

### ***3.7 Violência e narcotráfico***

O narcotráfico movimentava mais de 400 bilhões de dólares por ano, sendo um dos setores mais lucrativos da economia mundial. A guerra às drogas criminaliza o pequeno varejista e o usuário e favorece os grandes empresários de drogas e o sistema financeiros internacional. Segundo o FMI, em 2008 352 bilhões de dólares do comércio de drogas foram absorvidos pelo sistema bancário do planeta.

No Brasil há entre 20 e 30 milhões de dependentes em álcool, contra 870 mil dependentes de cocaína. A cada ano, cerca de 8 mil pessoas morrem em decorrência do uso de droga lícitas e ilícitas no Brasil. O álcool aparece na primeira colocação entre as causas, responsável por 85% dessas mortes.

O combate às drogas tornou-se uma ação articulada por vários países utilizando-se de uma estratégia de guerra, camuflada de política de segurança pública, com políticas de criminalização de pobres, negros e usuários, resultando na ocultação e proteção daquelas que produzem e distribuem as drogas. Ao invés de combater a produção e distribuição das drogas,

dos grandes traficantes, a política de repressão às drogas está seletivamente direcionada aos usuários e microtraficantes.

O resultado da guerra às drogas produziu o incremento da indústria armamentista, mais mortes em conflitos entre policiais, usuários e traficantes; o impacto do aprisionamento em massa decorrente do tráfico de drogas se tornou um problema mundial, com um perfil socioeconômico e étnico-racial-geracional bem determinado: no Brasil, 67% dos presos são negros, 56% têm entre 18 e 29 anos, 53% não completaram sequer o Ensino Fundamental, e 63% das mulheres estão presas por tráfico de drogas.

### ***3.8 Ineficiência do aparato judicial***

Frente à crescente sensação de insegurança os instrumentos estatais de controle e repressão social vem aumentando em todo o mundo, com expansão de ações arbitrárias de vigilância dos cidadãos, mecanismos de controle, o que aumenta o aprisionamento. Além do poder executivo, outras esferas do Estado devem ser responsabilizadas em termos da garantia da paz e da segurança. É preciso discutir a legitimidade das instituições encarregadas da aplicação das leis penais.

Com a crescente desconfiança na justiça e nas polícias, parte dos cidadãos reage recusando políticas públicas identificadas com a proteção dos direitos humanos, reclamando por mais e maior punição. Por isso é muito importante debater sobre o papel do sistema de justiça no enfrentamento, afastamento e controle da violência. A função judiciária é essencial para toda a organização política e, portanto, também para a manutenção de sociedade pacífica

A eficiência do sistema de justiça criminal é ingrediente indispensável não somente para a diminuição da sensação de impunidade, como também para a dissuasão de práticas criminosas e a consolidação de sociedades mais justas e igualitárias. Um sistema judiciário moroso e seletivo certamente produz resultados negativos no sistema de segurança pública

O Brasil tem umas das maiores populações carcerárias do mundo. São mais de 650 mil presos, vivendo em condições degradantes; 40% desses presos estão confinados em prisões que mais se assemelham a masmorras sem uma sentença definitiva. Ao invés de praticar os ideais de recuperação e reintegração da pessoa apenada à sociedade, as prisões se transformam em um depósito de supostos “maus elementos”; de dentro das prisões, presos gerenciam organizações criminosas que controlam parte da criminalidade dentro e fora das prisões. O papel do Judiciário é importante por ser um ator político fundamental para a ampliação de um estado de garantia dos direitos ou de um estado penal.

### ***3.9 Polícia e violência***

A polícia é uma presença que deve ajudar na superação da violência. As frequentes denúncias de corrupção policial e de práticas ilegais geram um sentimento ambíguo na população, combinando o sentimento de vulnerabilidade e a excessiva simplicidade na interpretação que se faz do aumento da criminalidade. Em tal situação é comum que se enxergue, como única solução para o problema da violência, o aumento do policiamento e o recrudescimento das leis penais. Por outro lado, persiste a desconfiança nos órgãos responsáveis pela ordem e pela segurança, e também no Governo.

Tem se instituído um modelo de combate à violência em que o cidadão abre mão de parte de seus direitos e concede ao Estado maior poder de intervenção e de repressão, abrindo mão de seus direitos.

Na busca da superação da violência o papel das polícias seria uma perspectiva para o exercício da democracia e se converteriam em agências mediadoras de conflitos, responsáveis pela preservação da vida. Trata-se de construir um outro tipo de trabalho policial voltado à prevenção das diversas formas de violência, com uma formação que ajude o policial no exercício de sua função social como agente da convivência pacífica.

A própria sociedade brasileira carece de uma cultura de participação e de protagonismo na elaboração de políticas públicas, demonstrando a expectativa de uma justiça



revanchista e vingativa, desejando que sejam mantidas longe dos olhos da sociedade as pessoas que não se integram às regras do “cidadão de bem”.

Há que se considerar, entretanto, a letalidade das operações policiais, com 3.320 vítimas apenas no ano de 2015 e 358 policiais assassinados. Entre 2009 e 2015, o número de policiais mortos em serviço no Brasil foi 113% maior do que o verificado nos Estados Unidos. As causas são: treinamento insuficiente e inadequado, armas e equipamentos de proteção obsoletos, carros mal conservados e sem blindagem, inexistência de protocolos claros sobre os procedimentos. Quanto às mortes ocorridas fora de serviço, três fatores podem ser considerados: o policial encontra-se mais vulnerável; os salários baixos levam os policiais a assumir trabalhos complementares; e há casos de policiais mortos em decorrência do envolvimento em atividades ilegais.

### ***3.10 Violência e direito à informação***

Há que se constatar a atuação militante que a mídia vem adquirindo na política contemporânea. Os diversos canais da grande mídia cumprem, entre outros, um papel simbólico na criação do pensamento único. Os noticiários adotaram uma linguagem muito similar à dos programas de entretenimento, deixando de apresentar o fato e ofertando leituras prontas, criando a ideia de que a opinião externada pelo veículo de comunicação coincide com o próprio fato. Isso torna impossível ultrapassar o nível do senso comum e impõe-se um ponto de vista, sem revelar as contradições e as condições de sua validade.

Agindo assim, os meios de comunicação podem ocultar intencionalmente as contradições sociais ou impedir que conflitos venham ao conhecimento geral. Há casos extremos, de programas que fazem propaganda aberta em favor da justiça como vingança social, sugerindo que a paz depende da eliminação do criminoso. Apela-se, então, para saídas tão fáceis quanto ineficazes como a pena de morte, a redução da maioria penal ou a justiça com as próprias mãos. Tais programas sensacionalistas prestam um desserviço ao promoverem a espetacularização da miséria e da violência e ao disseminarem o punitivismo e a vingança.

### ***3.11 Religião e violência***

A religião é um elemento de coesão social, que otimiza o capital social das comunidades. Assim, as religiões – que têm em comum a promoção da vida, da liberdade, da justiça e da solidariedade – podem constituir fundamental instrumento para a promoção de uma cultura da paz e da vida, como mecanismos importantes de mobilização social no enfrentamento da violência e da criminalidade.

Contudo, é possível que a experiência religiosa também se converta em uma forma de violência, com a intolerância e o fanatismo religiosos, que se concretizam no desrespeito à liberdade de expressão, proibições de uso de vestimentas rituais em público, agressões físicas, uso indevido de símbolos de outra religião com o fim de desmerecer, condenar ou mesmo demonizar práticas religiosas. As religiões de matriz africana são as que mais sofrem perseguição e intolerância, por práticas religiosas fundamentalistas associadas ao racismo e ao preconceito. Entre 2011 e 2015 houve 697 denúncias de intolerância religiosa.

### ***3.12 Violência no trânsito***

Em 2010 houve 1,24 milhão de mortes por acidente de trânsito em 182 países do mundo. Por isso a ONU proclamou a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, com o intuito de implementar planos regionais, nacionais e internacionais na tentativa de reduzir os acidentes e as vítimas. Em 2012, quase 41 mil brasileiros perderam a vida nas estradas.

As principais causas da violência no trânsito são evitáveis, como dirigir sob efeito de álcool ou de entorpecentes, trafegar em velocidade inadequada, inexperiência na direção, falta de atenção e de manutenção no veículo. Também as rodovias estão mal sinalizadas e muitos

motoristas arriscam suas vidas. Vale recordar a presença do espírito agressivo no trânsito urbano, a falta de paciência, gerando discussões, agressão física e até mesmo assassinato.

O Governo Federal tem como objetivo reduzir em 50% a taxa de mortalidade viária até 2020. A falta de efetivo, equipamentos e, principalmente, a impunidade fazem com que os números continuem elevados e sem previsão de redução. Faz-se necessário uma educação persistente em vista da diminuição do número de acidentes, valendo-se da direção preventiva, respeito aos motoristas, aos pedestres e às leis de trânsito.

## **JULGAR**

### **1. Sagrada Escritura**

A violência é um tema abundante na Sagrada Escritura, sobretudo no Antigo Testamento. Essa presença de tanta violência que contrasta com prescrições e sugestões de atos violentos punitivos na busca por estabelecer a justiça e a superação da violência deve ser entendida na progressividade da revelação onde uma leitura superficial poderia comprometer até a imagem de Deus dentro do Cristianismo. O próprio Antigo Testamento possui elementos suficientes para demonstrar que Deus, sendo misericordioso, não se coloca ao lado da violência e o Novo Testamento culminará na resposta definitiva de Deus para violência.

### **2. O Antigo Testamento: A comunhão rompida pelo pecado**

No AT existem muitas passagens que insinuam uma personalidade violenta de Deus. Elas precisam ser lidas em seu contexto originário considerando o limite cultural da época. Com o avançar do processo de revelação, compreende-se que Deus é misericórdia e nele não existe violência. Assim, a violência religiosa não se justifica como desejo ou mandamento divino.

A presença da violência na história da humanidade é sinal de ausência de amor e fraternidade. O cuidado e zelo por toda a criação gera no coração do homem o reconhecimento que tudo que existe, por ter sido criado por Deus, possui certo grau de fraternidade com o homem.

Empédocles, filósofo da antiguidade, afirmava que tudo seria composto de terra, fogo, água e ar. O que agregava a matéria era o amor e o que desagregava era o ódio, sendo este o motivo do caos. Um mundo cheio de amor seria o mundo plenamente integrado, sendo a ausência de amor e respeito a fonte da quebra da fraternidade e consequente violência em todos os níveis em que essa se apresenta.

#### **2.1 Nas Origens**

O texto sagrado que indica o caminho das origens de todo o universo revela a harmonia das relações, numa relação de amor e de cuidado. Na origem da bondade de Deus, está o sentido da obra criada e o sentido de ser pessoa. No princípio não existe divisão, desamor, violência, mas acolhimento, reverência, pertença fraterna; a violência vem depois e nasce do esquecimento das origens, da vocação do ser humano: o amor. Os descaminhos, no entanto, podem ser superados com a volta às origens, com a reconciliação e a misericórdia.

O relato da criação se conclui afirmando que Deus viu que tudo era muito bom, mas é sucedido pela trágica queda do ser humano. O pecado passa a fazer parte da história humana sussurrando o mal em seu ouvido. O primeiro ato de violência na Sagrada Escritura é o rompimento da relação do homem com Deus; o homem rejeita a convivência amorosa e livre. O rompimento conduz a uma convivência violenta manifestada no assassinato de Abel pelo seu irmão Caim. A comunhão rompida com o pecado das origens mostra-se agora como hostilidade e violência podendo, até mesmo, retirar do homem o principal dom recebido que é sua vida.

## **2.2 O Mal se Espalha**

“Acaso sou o guarda do meu irmão?” (Gn 4,9). Rompeu-se a relação fraterna. Caim foi punido, mas o mal realizado por ele se enraizou em sua descendência. O livro do Gênesis narra gradualmente o crescimento da maldade entre os homens e seus projetos dominadores. A obra criada por Deus de forma organizada e articulada, quando agredida pelas intenções equivocadas do homem, é danificada e arrisca-se a ser mergulhada no caos. É um caos cósmico, mas sua motivação é o caos existente no coração do homem exteriorizado na multiplicação da maldade e da violência.

O dilúvio sofrido pela criação é uma tentativa de reinício da criação e, a aliança realizada após o dilúvio, põe em destaque a responsabilidade do homem sobre a vida de seu semelhante. “Quem derramar sangue humano, por mãos humanas terá seu sangue derramado” (9,6). Este versículo elucida como a violência praticada pelo homem recai sobre o próprio homem. É o homem quem torna hostil os ambientes quando age em desconformidade com sua identidade mais profunda que é ser imagem de Deus. A violência é consequência do pecado do que leva o homem a desfigurar sua identidade e só pode ser superada pela reconciliação do homem com Deus e consequente inversão da frase de Caim entendendo-se como responsável pela vida de seu irmão.

## **2.3 A lei de talião e o decálogo**

Na tentativa de conter os atos violentos, surgem leis que proíbem o assassinato, a cobiça da mulher e dos pertences alheios e exige compromisso com a verdade. Também se exige a justiça social para evitar que pessoas colocadas em situações desfavoráveis venham a praticar atos de violência. A lei de talião (olho por olho, dente por dente presente em Ex 21,24 e Lv 24,20) procurava estabelecer, dentro do contexto de justiça próprio daquele tempo, um limite proporcional de reparação ao mal sofrido. Essas leis desempenharam um papel importante no momento histórico do qual fizeram parte. Dentre as prescrições da Torah, três se destacam de forma especial: “Não oprimas o estrangeiro (Ex 23,9); “Não guardes no coração ódio contra teu irmão.” (Lv 19,17) e “Não procures vingança nem guardes rancor aos teus compatriotas. Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou o Senhor.” (Lv 19,18). A regra de ouro é apresentada como sinal de compaixão e meio de construção de uma sociedade não baseada em simples reparações ao mal e à violência, mas que busca edificar-se de forma pacífica.

Foi com os profetas que a reflexão sobre a violência, suas causas e seus eventuais remédios se desenvolveu. Eles foram perseguidos e feitos objetos de intimidação, alvos de diversos tipos de violência: é o caso de Jeremias, que as autoridades religiosas quiseram matar (Jr 26) e fizeram prisioneiro em uma cisterna (Jr 37-38), Elias que teve que fugir para o deserto (1Rs 19,2) e Amós foi expulso do santuário de Betel (Am 7,10-17). Eles foram testemunhas privilegiadas das violências cometidas por seu povo e das injustiças contra os mais fracos. São unânimes em denunciar o uso da violência e da opressão pelo povo de Israel e pelos povos vizinhos, falam sobre o direito e a justiça em relação aos pobres. Isaías lembra que as orações não são ouvidas porque o povo tem a mão suja de sangue; Amós denuncia a violência nos palácios; Oseias fala da propagação da violência. Para além da denúncia, os profetas convidam seus contemporâneos a uma radical conversão convidando à prática da justiça e da compaixão; com destaque para a visão de Isaías sobre um mundo que renunciará à guerra e seus instrumentos de violência e, assim, poderá gozar da paz sem limites (Is 1,16-17; Is 2,4; Is 32,16-18).

Os livros sapienciais apresentam um pensamento mais maduro sobre a superação da violência: excluem qualquer uso de violência, bem como qualquer tipo de cumplicidade com aqueles que dela se utilizam (Pr 3,29-32; Pr 4,14; Pr 13,2; Pr 12,20; Pr 25,21).

Não se podem ignorar as barbáries típicas das guerras narradas no Antigo Testamento e a falta de compaixão nas incursões militares. Em Jonas vemos a expectativa que sua

pregação culminasse na destruição violenta do povo de Nínive, mas Deus realiza um sinal duplo: aceita o arrependimento dos ninivistas e expõe a Jonas sua falta de misericórdia.

Muitas passagens da Escritura confessam que Deus é misericordioso, lento para ira e rico de amor (Es, 34,6; Nm 14,18; Gn 4,2; Ne 9,17; Na 1,3). O Livro das Lamentações mostra uma visão brilhante contra o uso da violência: o homem das dores que suplica justiça a Deus e espera em silêncio a intervenção divina (Lm 3). A violência individual é tratada em quase um terço dos salmos que testemunham a dor e a devastação causadas pelos violentos.

### **3. Novo Testamento: Jesus anuncia o Evangelho da reconciliação e da paz**

À luz da palavra definitiva de Deus que nos é dada por Jesus, a delicada temática da violência e da vingança na Bíblia recebem uma resposta definitiva. O centro do NT é Jesus, que é por excelência uma pessoa não violenta. Muitas imagens utilizadas para falar da luta contra o mal e do combate espiritual referem-se a atitudes de disciplina mais que de demonstração de força sobre alguém.

Porém, a tentação da violência permanece viva dentre os discípulos de Jesus: João e Tiago querem fazer descer fogo do céu sobre a cidade samaritana (Lc 9,54-55); pensam em recorrer a armas para proteger Jesus (Lc 22,38) e Pedro fere um servo do sumo do sacerdote (Mc 14,47). Essas atitudes encontram em Jesus uma reprovação, porque o Reino dos Céus pertence aos pacíficos (Mt 5).

Jesus oferece e prega o amor aos inimigos fundamentando esta atitude em Deus Pai (Mt 5,44 e Lc 6,27). A perfeição solicitada em Mateus é dita no Evangelho de Lucas como misericórdia. A lógica da reparação proporcional da lei de talião, que limitava a vingança, agora torna-se insuficiente, pois Jesus propõe algo muito superior: Se alguém te bater na face direita, oferece-lhe a esquerda (Mt 5,38-42).

Embora em alguns passos do Evangelho Jesus seja apresentado como protagonista de cenas que a grosso modo poderiam ser vistas como agressivas, isto se dá devido ao gênero literário profético e apocalíptico, que se servem de cenas de força. Porém, essas expressões nunca são dirigidas contra o homem e sim contra aquilo que pode destruir o homem em seu interior. Jesus vai contra aquilo que se opõe a Deus: a hipocrisia, o pecado e a recusa da salvação.

O novo equilíbrio entre fazer justiça e a superação da violência é apresentado no episódio da mulher surpreendida em adultério (Jo 8,3-11). Jesus demonstra a não viabilidade do uso da violência, mesmo que na busca de uma justiça reparativa. O fim a ser alcançado não pode ser o reestabelecimento da ordem política e social, ou do culto religioso, que a violência funcional tentava proteger, mas a vida e a liberdade de cada homem (Jo 10,10).

Nas bem-aventuranças, Jesus declara que aqueles que promovem a paz serão chamados filhos de Deus (Mt 5,9). A promoção da paz se torna um ministério de todo cristão, uma paz deixada por Jesus. Os cristãos são portadores da paz que, mesmo sendo recusada, retorna a eles (Mt 10,12). São Paulo afirma que Cristo “destruiu em si a inimizade” (Ef 2,16), revelando o método não violento de Jesus, que destrói a inimizade e não o inimigo.

A paixão e a morte de Jesus mostram que o pecado possui consequências violentas, inclusive de morte e eliminação do outro. Nela Jesus associa o nome de Deus a tantos homens, mulheres e crianças vítimas de injustiças e oprimidos pela violência. Nele toma corpo a figura do justo perseguido, à imagem de Elias e de Jeremias. A cruz representa uma atitude oposta da parte de Deus que, para fazer justiça, não usa violência, mas a destrói, instaurando uma nova justiça.

#### ***3.1 A violência brota do coração do homem***

Jesus revela a fonte da qual nasce a violência ao afirmar que nada que de fora entra na pessoa pode torná-la impura, mas o que sai dela, pois é do coração humano que saem as más intenções (Mc 7,14-23). É o coração do homem que precisa ser pacificado. A superação da

violência passa necessariamente pela conversão dos atos do homem que pressupõe uma conversão de seu coração.

A oração e a confiança em Deus são as únicas armas utilizadas pelos não violentos. A utilização da violência mesmo como método pacificador, produz efeitos inversos. A paz, *shalon* em hebraico, indica completude interior, uma paz completa que somente Deus pode colocar no coração do homem.

Os demônios usam de violência. Jesus, ao libertar os possuídos pelo demônio, devolve a convivência e ajuda a superar a violência e o mal.

#### **4. O filho vence a violência pelo amoroso dom de si**

Para os cristãos, a superação da violência se baseia em sua profissão de fé, pois crer em Deus Pai gera abertura para a fraternidade universal. A confissão de fé em um Pai comum é a semente dessa fraternidade. Na plenitude dos tempos, mediante o envio do Filho e do Espírito Santo, a paternidade de Deus se mostra de modo ainda mais claro, pois Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Abá, Pai! (Gl 4,4-6), e quer que todos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade (1Tm 2,4).

A violência, testemunhada desde o fratricídio de Abel por Caim, é assumida por Jesus em seu corpo. Ele transforma a violência sofrida em amor ofertado, pois carregou nossos pecados em seu próprio corpo, sobre a cruz, a fim de que, mortos para os pecados, vivamos para a justiça (1Pd 2,23-24). Aquele que veio dar a paz (Lc 19,42) é a própria paz (Ef 2,14); morre vítima da violência, mas morre ofertando o perdão.

O evento pascal revela, ao mesmo tempo, toda a crueldade da violência e a onipotência do amor. A paz definitiva brota de sua ressurreição. Aquele mesmo que tinha advertido seus discípulos da necessidade de entregar a própria vida em dom (Mt 16,24) é o que os defende do perigo da violência e da crueldade dos que lhe capturam como criminoso (Jo 18,8). A justiça de Deus não se realiza na violência, mas no amor crucificado.

É a partir da convicção de fé na paternidade de Deus e na fraternidade cristã aberta e incluyente, bem como no dom da reconciliação e da paz, que a Igreja apresenta incansavelmente seu apelo de superação da violência.

#### **5. A Igreja convida a promover a cultura do diálogo**

Fiel à mensagem de paz e reconciliação de Jesus Cristo, além de denunciar a violência e guerra e de opor-se a elas, a Igreja oferece sua colaboração para a superação da violência, dando orientações a partir de sua experiência e de sua fé.

São João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris* (1963), denuncia que a violência só e sempre destrói, nada constrói, e ensina que a todos incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade.

O Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, constata que para edificar a paz, é preciso, antes de mais nada, eliminar as causas das discórdias que alimentam as guerras, sobretudo as injustiças, as excessivas desigualdades econômicas, o espírito de dominação. Destaca também a importância da educação, da comunicação e do caminho do diálogo para a superação da violência. Sendo Deus Pai o princípio e o fim, somos chamados a ser irmãos e pela mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz.

As mensagens pontifícias para o Dia Mundial da Paz, instituído pelo Beato Paulo VI, têm retomado e aprofundado aspectos da promoção e da paz e do caminho de superação da violência. Nessas mensagens se indicam diversos âmbitos de atuação: opções e condutas pessoais, a família, as relações interpessoais, a convivência social e as relações internacionais. Também são propostos e analisados os valores que tecem o caminho de vitória sobre a violência: os direitos humanos, a dignidade de cada pessoa, a justiça, a verdade, a comunicação autêntica, a educação, o perdão, a reconciliação, a fraternidade, a fé.

Na mensagem do primeiro Dia Mundial da Paz, Paulo VI destacava que a superação da violência se baseia em um “espírito novo”, um “novo modo de pensar o homem e seus deveres e o seu destino”, o qual se constrói com uma nova pedagogia: a educação das novas gerações para o respeito mútuo, para a fraternidade e para a colaboração. Indica também um conjunto de valores e afirma que do Evangelho pode brotar a paz, não para tornar os homens fracos e moles, mas para substituir nas suas almas os impulsos da violência e da prepotência pelas virtudes viris da razão e do coração dum humanismo verdadeiro.

Nesta mensagem são prenunciados os grandes temas que vêm sendo desenvolvidos ao longo das cinco décadas que dura a promoção dessa iniciativa: a construção da paz e a superação da violência necessitam de específica educação; a interiorização da paz é verdadeiro humanismo, como ensina Santo Agostinho que para associar os homens entre si, não basta a identidade da sua natureza; é necessário ensinar-lhes a falar uma mesma linguagem, usufruir uma cultura comum, e a compartilhar os mesmos sentimentos; destaca-se a insubstituível missão da família e dos meios de comunicação social, que formam a opinião pública e configuram uma linguagem adequada, tendo compromisso com a verdade e com o bem comum; a paz e a justiça são inseparáveis; o respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos são pressupostos da paz, e sua violação gera violência; entre esses direitos, destaca-se o direito à vida desde a sua concepção; não se vence a violência sem atenção aos pobres e sem combate à pobreza, pois combater a pobreza é construir a paz; a solidariedade é fundamental para a paz e para que uma sociedade seja pacífica, é preciso que seja unida, coerente consigo própria e solidária; a vitória sobre a violência é conquistada por meio do perdão e da reconciliação, lembrando que na definição da nossa salvação, reconciliação com Deus e nossa paz coincidem, pois Cristo reparou a ruptura que o pecado provoca nas nossas relações vitais com Deus; é fundamental a colaboração com crentes de outras religiões, conjugando esforços com aqueles que denunciam o ódio e a guerra e se aplicam em promover a justiça e a paz. A construção da paz é uma tarefa que cabe, direta e principalmente, aos dirigentes políticos, pois é sempre a nação o espaço principal para a edificação da paz; sendo objetivo de uma sociedade política a instauração da justiça, a promoção do bem comum e a participação de todos, a paz será realidade se esses três imperativos forem respeitados.

Destaca-se ainda a fraternidade como fundamento para a paz, pois à igualdade natural entre os homens, junta-se a fraternidade, a qual se caracteriza por um grande respeito e pelo amor devido a cada pessoa por ser o que é: pessoa humana. A fraternidade leva ao reconhecimento de cada pessoa humana como igual em dignidade e em direitos. “todos vós sois irmãos” (Mt 23,8). Na realidade, a fraternidade é uma dimensão essencial do homem, sendo ele um ser relacional. Sem tal consciência, torna-se impossível a construção de uma sociedade justa, dum paz firme e duradoura. A globalização da indiferença requer que nos façamos artífices de uma globalização da solidariedade e da fraternidade.

Sendo dinâmica, a paz deve ser sempre produzida. Um “espírito novo” e “novo modo de pensar o homem e seus deveres e o seu destino” são fundamentais para a superação da violência e para construir laços de fraternidade e de novas relações: somos todos irmãos e irmãs.

## **6. O Decálogo de Assis para a paz**

São João Paulo II convidou por duas vezes os líderes religiosos em Assis em função da paz. Em 2002 foi proclamado um decálogo de compromissos, publicado na Carta a todos os chefes de governo do mundo (24 de janeiro de 2002), com os compromissos:

1. Proclamar que a violência e o terrorismo estão em oposição com o verdadeiro espírito religioso.
2. Educar as pessoas no respeito e na estima recíprocos.
3. Promover a cultura do diálogo.
4. Defender o direito de todas as pessoas humanas de levar uma existência digna.
5. Dialogar com sinceridade e paciência.

6. Perdoar-nos reciprocamente os erros e os preconceitos do passado e do presente, para vencer o egoísmo e o abuso, o ódio e a violência.
7. Estar ao lado dos que sofrem devido a miséria e ao abandono.
8. Fazer nosso o brado de todo os que não se resignam à violência e ao mal.
9. Encorajar qualquer iniciativa que promova a amizade entre os povos.
10. Pedir aos responsáveis das nações que empreguem todos os esforços possíveis para que seja edificado e consolidado um mundo de solidariedade e de paz fundado na justiça.

Em 2007 foi beatificado como mártir o leigo austríaco Franz Jägerstätter, que rejeitou prestar qualquer tipo de colaboração e de apoio aos nazistas. Foi decapitado em 9 de agosto de 1943 e sua beatificação é um convite a resistir a toda forma de violência e a consagrar todos os esforços possíveis pela causa da paz.

## **AGIR**

### **1. Ações para superação da violência**

Pequenos e cotidianos gestos testemunham como os valores do Evangelho são imprescindíveis para a construção de um mundo novo, sem violência. Eis o caminho para um agir que supera a violência e inspira a construção da paz. Um agir que supera a violência tem como fundamento o Evangelho que aponta para a grandeza da vida e a beleza de viver.

A superação da violência pede comprometimento e ações que envolvam a sociedade civil, os membros da Igreja e os poderes constituídos. A Campanha da Fraternidade deste ano nos convoca a ver a prática de Jesus no exercício da escuta, da saída missionária, do acolhimento, do diálogo, do anúncio e da denúncia da violência na dimensão pessoal e social.

### **2. Pessoa, família e a superação da violência**

A superação da violência nasce da relação com o outro e o primeiro lugar onde o ser humano aprende a se relacionar é na família. Os comportamentos e estímulos de superação da violência exercitados na família balizam as atitudes a serem desenvolvidas na comunidade e na sociedade. Ninguém nasce violento; o comportamento violento emerge como produto final, a partir da reciprocidade entre o comportamento da criança e o efeito desse comportamento sobre as atitudes dos adultos.

A busca por uma sociedade que preconize a cultura da paz não passa só pela família, como pela efetivação dos direitos humanos. Não somos nem conseguimos viver como pessoas isoladas. Precisamos uns dos outros para edificarmos a convivência humana. Esta condição favorece nossa prática relacional e também nos desafia, como sujeitos de nossa própria história, a cuidar do outro, ou seja, a fazer parte da história do outro.

Observando a história, as contradições se mantêm: temos a família lutando por dignidade e, conseqüentemente, pela superação da violência; a Igreja “gritando” por uma cultura de paz; e o mercado que, pela indústria bélica, justifica postos de trabalho e o incentivo à necessidade de autoproteção, o que aumenta o desejo de se ter uma arma.

A oração e a espiritualidade também são condicionantes para superação da violência. Sua prática pode transformar comportamentos em atitudes.

A cultura da não violência ecoa na sociedade como produto final, mas emerge da base, dos homens e das mulheres que vivem a violência. Ao retornar à comunidade, outras características como da paz, do diálogo e da cooperação podem ser observadas. Neste processo, o desejo individual e coletivo da superação da violência torna-se condição para conversão. É no processo de conversão social que somos impulsionados a agir em benefício da humanidade. Por isso a Campanha da Fraternidade deste ano propõe a construção e a promoção da cultura da paz.

Na mesma perspectiva fazem-se necessárias políticas públicas e compreensão pessoal e social sobre as intolerâncias ou propostas ineficazes de tratamento aos dependentes químicos. A sociedade aponta para os sintomas da drogadição, legitimando o usuário como responsável pelos altos índices da criminalidade; com o julgamento antecipado de culpa ao dependente químico, ele deixa de ser reconhecido como um agente de direito e desviamos o olhar da “indústria” do tráfico.

O sentimento de posse e o estímulo ao ódio e à vingança só tem aumentado, o que facilita a violência generalizada e institucionalizada. Assim, a família não mais consegue cumprir sozinha seu papel, pois os valores humanos estão se desintegrando da sociedade. Considerando que o poder midiático influencia na formação de opinião e no comportamento das pessoas, precisamos estimular a cultura da tolerância, do respeito e da paz em nossa prática cotidiana e nas redes sociais. Também é importante observar as inúmeras formas de violência às quais a pessoa humana é exposta nos telejornais e telenovelas.

### **2.1 Cultura da fraternidade: não somos adversário, mas irmãos**

Ao se deparar com os excluídos Jesus, com ternura e compaixão, anunciava, principalmente aos mais empobrecidos, o Reino de Deus. Ele os convida para estar com ele e, juntos, exigir daquele sistema social de opressão, justiça e igualdade de direito para todos.

Considerando o modelo capitalista em curso, é possível que muitas pessoas, não compreendam o anúncio da Campanha da Fraternidade de 2018, que, além de propor à sociedade mudanças estruturais, exige empatia, ternura e compaixão em relação à violência na sociedade contemporânea.

Em nossas ações pastorais, três preocupações devem ser observadas: a fraternidade, a ternura e a compaixão. A fraternidade porque a violência está presente entre os oprimidos e os opressores, ou seja, entre aqueles que são chamados a viverem como irmãos; a ternura, porque todos são convidados para a superação da violência; e a compaixão, pois os cuidados com o anúncio não excluem a clareza do posicionamento do anunciador.

### **2.2 Experiência de superação: testemunho de Sandro Cardoso - Pastoral do Menor.**

#### **2.3 Pistas de ação concreta**

Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a Igreja expressou a relação que existe entre a missão que lhe é própria e a responsabilidade que ela tem de colaborar com a sociedade. A Igreja pensa que, por meio de cada um de seus membros e por toda a sua comunidade, pode ajudar muito a tornar mais humana a família humana e a sua história, em caminhos como: *ter como critério o Evangelho; superar o conceito de justiça que diz que todo mundo deve pagar pelo que faz; a misericórdia, a solidariedade e o desejo de superação devem ser os elementos que fundamentam a ação de todos; ninguém deve pagar o mal com o mal, mas com o bem; renunciar a qualquer forma de violência; não se justifica colocar nas armas a solução; criar novos relacionamentos; solidariedade para com as vítimas da violência; respeito pela dignidade das pessoas; luta pela conversão pessoal e pela conversão de todos; promover uma cultura que respeite as diferenças; refletir nas famílias sobre o que o contribui com a cultura da reconciliação e da paz; repensar a própria responsabilidade em relação à sociedade; promover momentos para exercer o discernimento evangélico acerca do que ocorre na comunidade; desenvolver a capacidade de diálogo com pessoas de outras denominações religiosas e de posições diferentes da sua.*

### **3. Comunidade e a superação da violência**

A prevenção é a capacidade que a sociedade tem de incluir, ampliar e universalizar os direitos e os deveres de cidadania do outro. E para a não violência se faz necessário o reconhecimento da humanidade e da cidadania do outro. As comunidades eclesiais, pastorais



e Organismos, através da Campanha da Fraternidade querem denunciar toda e qualquer forma de violência.

### ***3.1 Conquistas e experiências da comunidade eclesial na superação da violência***

Mesmo diante dos avanços tecnológicos, acessibilidade às redes sociais e o fato de não estar conectado significar sofrimento psíquico, muitas pessoas não sabem que sofrem violência. Por isso é urgente e necessário a realização de diálogos que facilitem o esclarecimento da violência psicológica, física e institucional. Isso exige autocrítica e despojamento em relação aos estigmas sociais e preconceitos.

O egocentrismo inerente à espécie humana também é um componente a ser observado em relação às mulheres e crianças vítimas de violência em seu próprio “espaço” familiar. O trabalho da Pastoral da Mulher Marginalizada tem sido uma luz para a superação da violência contra a mulher. O cuidado e a justiça iluminam os trabalhos da Pastoral Carcerária, do Menor, da Terra, Indigenista e o Grito dos Excluídos, sendo importante o fortalecimento dessas pastorais.

A justiça restaurativa é uma resposta concreta à situação de violência e desestruturação social à qual as pessoas privadas de liberdade são submetidas. Restaurar a pessoa significa também restaurar suas relações. Nessa proposta de justiça, o ser humano passa a ser visto como uma pessoa que tem potencialidade e possibilidades. Nesse processo dialógico entre os envolvidos no conflito é possível expressar a dor e a certeza de reconhecimento.

Para superar a violência, é necessário denunciar a predominância do modelo punitivo, expressão de mera vingança, a fim de incorporar ações educativas, penas alternativas e fóruns de mediação de conflitos.

### ***3.2 As obras sociais da comunidade eclesial como caminho para a superação da violência***

Ao longo da história, muitas iniciativas sociais e caritativas vinculadas à espiritualidade alimentaram a esperança de homens e mulheres oprimidos e marginalizados e serviram de base para o posicionamento social da Igreja, suscitaram nas Pastorais Sociais o desejo de lutar contra o cerceamento de direito, praticado pelo Estado. Várias iniciativas sociais da Igreja foram sendo assumidas pela sociedade e se tornaram políticas públicas.

A motivação da fé vivenciada pela prática do Evangelho que potencializa o ser humano para lidar com suas próprias limitações, deve balizar as ações da cultura da paz proposta pela CF 2018. A esperança é a principal característica dos trabalhos pastorais da Igreja.

### ***3.3 Promoção eclesial de uma espiritualidade que desperte para a superação da violência***

O surgimento de uma grave crise na sociedade, como a violência, atinge a espiritualidade e a ética. A superação desta crise está vinculada ao novo sentido que nasce de uma nova espiritualidade

encarnada na cultura da não violência. Diante de complexas realidades o homem e a mulher devem aprender a escolher. A negação desta escolha incide em sua liberdade, podendo gerar o anonimato, a perda de sua identidade e do sentido da vida. Escolher e posicionar-se é a primeira necessidade para a compreensão do sentido da vida.

A religião, manifestação tipicamente humana, deve ser utilizada à luz da espiritualidade, para a compreensão da violência física. A religião com a espiritualidade leva à paz, já a religião sem a espiritualidade, leva ao fundamentalismo, ou seja, à guerra.

### ***3.4 Experiência de superação (testemunho: Missionária Lídia Farias de Oliveira)***

#### ***3.5 Pistas de ação concreta***

Para viver o mandamento do amor é preciso trilhar caminhos como: *a comunidade inserir o tema da paz em sua liturgia e oração; articular, por meio do Ecumenismo e do*

*Diálogo inter-religioso, momentos de oração pela paz em lugares simbólicos; conhecer as realidades próximas da comunidade que apresentem conflitos; acompanhar famílias, jovens, grupos de bairros rivais, escolas com incidência de conflitos; apoiar as iniciativas da sociedade organizada e de organizações não governamentais; conhecer serviços mediante os quais a Igreja se faz solidária às vítimas da violência; inscrever a participação nos Conselhos Paritários no plano pastoral da diocese ou paróquia; promover a formação de leigos e leigas; incluir o tema da superação da violência nos programas de formação para a Iniciação Cristã, Catequese e Pastoral Juvenil; promover uma Pastoral familiar capaz de ajudar cada família a superar os problemas de violência doméstica; sugerir pautas aos jornais; resgatar documentos do magistério da Igreja referentes ao valor e à dignidade da pessoa humana; utilizar os meios de formação como homilia, catequese, encontros, cursos, escolas da fé, para aprofundar temas relativos à superação da violência; aprofundar o conhecimento sobre as questões da superação da violência através da promoção de palestras e cursos.*

#### **4. A sociedade e a superação da violência**

Pensar a superação da violência dentro do sistema capitalista, que mantém sua centralidade no lucro econômico, e não no ser humano, exige um grande esforço na identificação e compreensão das iniciativas que sinalizam possibilidades de enfrentamento e superação da violência.

Em uma cultura da paz, homens e mulheres são chamados a testemunhar o amor, e a sociedade para estabelecer a harmonia entre as relações de poder. A existência de situações e práticas violentas é intrínseca às sociedades fragmentadas em classes sociais, nas quais as desigualdades sociais criam subcategorias de seres humanos. Portanto, as políticas públicas desenvolvidas no sistema capitalista possibilitam apenas o enfrentamento de alguns tipos de violência. Se o sistema capitalista permitisse que se considerasse o ser humano em primeiro lugar, e não o lucro, deixaria de ser sistema capitalista.

A consolidação de políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Controle Social exercitado pelos Conselhos Paritários de Direitos são possibilidades para o enfrentamento da violência. Cabe uma atuação cristã de fiscalização sistemática junto aos conselhos de saúde, pois só com controle social a política de combate, tratamento e prevenção da violência será implantada em sua totalidade nos municípios brasileiros.

Em qualquer instância de controle social exige-se comportamento e atitudes éticas. Votar e defender a participação de pessoas éticas para atuar no controle social das políticas de combate, tratamento e prevenção da violência, além de ser um exercício de cidadania, é também um comportamento da fé cristã. Antes de estimular a participação do cristão nos mecanismos de controle social, eles devem estar preparados para esta atuação, à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI). O enfrentamento da violência pode ser feito, estimulando as famílias católicas para o acolhimento temporário de crianças em situação de risco.

##### **4.1 Experiência de superação: Secretaria de Justiça do Piauí**

##### **4.2 Pistas de ação concreta**

Algumas iniciativas ao serem fomentadas pelas diferentes instâncias da sociedade, acabaram sendo assumidas pelo Poder Público. Por entender que elas possibilitam o enfrentamento da violência, conclamamos a todos para assumirem o Estatuto do Desarmamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Defensorias Públicas, a Lei Maria da Penha e os Direitos Humanos.

*a. Estatuto da Criança e do Adolescente:* a pobreza é uma das piores formas de violência que uma criança pode enfrentar. James J. Jackman, professor da Universidade de Chicago,

defende que o investimento na criança, nos primeiros 1000 dias de vida, é o melhor e mais vantajoso que se pode fazer. O investimento de R\$ 1,00 na primeira infância economizaria R\$ 7,00 em gastos com violência e criminalidade no futuro. A maior taxa de retorno do desenvolvimento na primeira infância ocorre quando se investe o mais cedo possível, desde o nascimento até os cinco anos de idade, em famílias carentes.

Doenças crônicas como: obesidade, hipertensão, diabetes, infartos e derrames, podem ter início ainda no útero. Bebês que mamaram no peito chegaram à adolescência com menos hipertensão arterial, diabetes e obesidade. Quanto mais aleitamento materno, menos as pessoas vão ter doenças, tais como diabetes tipo 2, hipertensão arterial, doenças renais, osteoporose, doenças cardíacas, colesterol alto e obesidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, trouxe uma nova visão sobre a violação de direitos da criança e dos adolescentes, e sua consolidação como legislação é um grande marco para a sociedade brasileira. É preciso melhor compreender a importância do ECA e também agir pastoralmente contra esta realidade em ações como: denunciar toda e qualquer forma de violência sexual contra crianças e adolescentes; *promover ações em parcerias com os Conselhos Tutelares, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselho de Alimentação Escolar, Pastoral do Menor; defender o ECA como uma política pública que possibilita o enfrentamento e a superação da violência; a partir da Doutrina Social da Igreja, promover debates, rodas de conversas visando buscar formas de superação da violência contra crianças e adolescentes.*

*b. A violência doméstica e a Lei Maria da Penha:* a sociedade exige, há mais de 50 anos, que as mulheres estudem, trabalhem e sustentem suas famílias, mas ainda é forte a cultura da prevalência masculina nos lares e relacionamentos. As mulheres não devem sofrer essas violências domésticas em silêncio. Devem ser informadas e capacitadas para superar essas condutas de opressão, contando com a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha). Mas a justiça não evita a prática violenta, apenas a reprime e pune. Para que seja evitada a violência, as mulheres e os homens devem adotar comportamentos de colaboração, demonstração de igualdade e companheirismo aos filhos.

Propostas de ações: *incluir o tema da superação da violência nos programas de formação para a Iniciação Cristã, Catequese e Pastoral Juvenil; promover uma Pastoral Familiar capaz de ajudar cada família a superar os problemas de violência doméstica; impulsionar centros paroquiais e diocesanos com uma pastoral de atenção integral à família; promover atos públicos em função de uma sociedade mais segura.*

*c. O sofrimento e o amor se transformam em ação:* o Movimento Mães de Maio teve início a partir do sofrimento e da indignação das famílias que tiveram seus filhos assassinados no interior e na capital paulista, em maio de 2006. O episódio conhecido como "Crimes de Maio", que ceifou a vida de mais de 600 jovens, foi uma reação de grupos de extermínio. Tal Movimento demonstra que a dor pode ser superada pelo perdão e, conseqüentemente, pela construção de um mundo pacífico.

*d. Setenta anos dos Direitos Humanos:* Em 1948, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela inclui o direito à vida e à libertação, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. A mercantilização da vida tem provocado na sociedade contemporânea a ausência do reconhecimento de que o outro é um agente de direito, como vemos na insalubridade do sistema prisional brasileiro, com linchamentos, execuções sumárias, chacinas, e genocídio da juventude.

Os Direitos humanos e cidadania andam juntos e exercê-los implica na consciência de que os direitos e os deveres universais são necessários para a sobrevivência da igualdade. Por isso é preciso: *lutar contra toda forma de violência e discriminação e apoiar iniciativas adequadas na defesa dos direitos humanos; apoiar as pessoas de boa vontade que militam*

*nos difíceis campos da política, das comissões de direitos humanos, das relações internacionais; fortalecer a ação educativa e evangelizadora.*

*e. Superação da violência gerada pela exploração sexual e pelo tráfico humano: a organização para o enfrentamento do tráfico humano é uma tarefa urgente, pois velados pelos discursos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico e a bolha ilusória da inserção social via consumismo, estão milhares de pessoas em situação de miséria e pobreza, potenciais vítimas de aliciadores para o tráfico humano. É preciso assumir a erradicação do tráfico humano em suas várias expressões, seja no trabalho escravo, seja no meio rural ou urbano, no comércio de órgãos, na exploração sexual, na adoção ilegal, em ações como: *exigir do Estado Brasileiro que efetive o que está proposto no III Plano Nacional dos Direitos Humanos: “Estruturar Sistema nacional de atendimento às vítimas do tráfico de pessoas”; fortalecer e ou contribuir na articulação nacional de uma rede de entidades e organizações da sociedade civil que atuam na prevenção ao tráfico humano e na assistência às vítimas.**

*f. Violência e juventude: cada jovem faz um caminho e nele constrói a sua história de sonhos e esperanças; muitas vezes, esses sonhos se transformam em pesadelo. Para que a juventude brasileira não seja impedida de sonhar, exigimos: *erradicar definitivamente o analfabetismo; esclarecer a comunidade sobre a importância da participação nos Conselhos Municipais e Estaduais da Juventude; acompanhamento aos usuários de drogas para ajudá-los a recuperar sua autoestima e vencer esta enfermidade; estabelecer políticas públicas de inclusão social de milhares de excluídos principalmente da juventude negra; promover dinâmicas que levem ao perdão e à reconciliação.**

*g. Negros e negras e a superação da violência: o trabalho escravo não cessou com a Lei Áurea em 1888, pois esta não libertou, não gerou protagonismo, dignidade e libertação, pois os negros libertos foram buscar sua subsistência em atividades informais, nas periferias das cidades e das fazendas. Para agir nas causas da violência em relação à população negra, precisamos avançar na compreensão de seus fatores e determinantes: *valorizar as datas comemorativas dos povos indígenas e quilombolas; realizar em nossas comunidades a Semana dos Povos Indígenas e a Semana da Consciência Negra; facilitar o desenvolvimento da agricultura familiar, consumindo produtos artesanais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.**

*h. Superação da violência no campo: para compreender as causas e os significados da violência no campo e nas comunidades indígenas, é preciso agir contra o gerenciamento político da violência no campo. A condição para uma cultura de não violência no campo está no reconhecimento de que a terra faz parte da obra do Criador e pertence a todos. Assim é preciso comprometer-se com: *a demarcação das terras indígenas; estimular a Reforma Agrária e a melhoria das condições do trabalho no campo; impedir a depredação dos recursos naturais.**

*i. A superação da violência fruto do narcotráfico: o enfrentamento da violência no contexto da drogadição requer esforço e comprometimento pessoal, social e eclesial, sobretudo, diante da “mudança de época” e das crises existenciais e sociais, provocadas pelo desejo de consumo, que banalizam o ser humano e o desenvolvimento da vida. Para propor a cultura da não violência diante do rentável mundo das drogas, que contribui para a coisificação do dependente químico, é preciso compreender que o uso de drogas ilícitas é o ponto final de uma enorme rede de produção, circulação, distribuição e consumo.*

O enfrentamento da violência envolvendo o usuário de drogas ilícitas passa pelo anúncio e pela denúncia das ausências ou descasos em relação aos serviços públicos essenciais. A falta de emprego, ao expor os jovens a uma maior condição de vulnerabilidade,

torna-os mais suscetíveis ao uso das drogas. Houve avanço quanto à recuperação e ao tratamento ao dependente químico e agora precisa avançar no apoio técnico e social ao adicto em processo de recuperação.

Junto com os avanços tecnológicos, também evoluiu o pensamento social de negação do outro. O quadro grotesco e caótico da “cracolândia” na capital paulista expõe em “cores vivas” a violência social aos usuários de álcool e drogas. As ações de natureza higienista podem camuflar a questão de saúde, segurança e de assistência social a ser dispensada aos indivíduos.

O uso abusivo de substâncias psicoativas revela um dos maiores problemas de violência física, psicológica e social na sociedade contemporânea e seu enfrentamento exige: *estar ao lado do dependente para ajudá-lo a recuperar sua autoestima e vencer esta enfermidade; denunciar a criminalidade sem nome dos narcotraficantes; incentivar programas de governos e entidades civis que trabalham neste sentido; implementação de políticas públicas desenvolvidas pelo Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas; atuação efetiva do Centro de Referência especializada em Assistência Social (CREAS), bem como as práticas de Polícia Comunitária; fortalecer a Pastoral da Sobriedade.*

*j. Estatuto do Desarmamento:* com a Lei 10.826/2003, foi criado o Estatuto do Desarmamento, o qual proíbe o porte de arma de fogo, estabelece regras para o porte de arma. Mas tramita no Congresso a revogação da Lei que criou o Estatuto do Desarmamento, com o argumento de devolver aos cidadãos o direito de se defender.

Devemos ficar atentos aos comportamentos que compreendem que o armamento é uma forma preventiva para se conter a violência, pois o armamento é um dos instrumentos que contribui para as manifestações de violência. Na defesa do Estatuto do Desarmamento é preciso: *realização, pelo Estado e pela sociedade organizada, de campanhas educacionais de conscientização em relação aos principais problemas que geram insegurança; formação e valorização de Comissões Diocesanas de Justiça e Paz e Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, que lutem e promovam a cultura da paz sem o uso de armas de fogo.*

*k. Defensoria Pública:* considerando que o direito constitucional de defesa é para todos, as defensorias públicas tornaram-se instrumento para diminuir as desigualdades sociais e promover a justiça. Assim propõe-se: *exigir a atuação sistemática das defensorias públicas locais; possibilitar encontros com a finalidade de aproximação das pastorais sociais e Defensorias Públicas; em parcerias com os defensores públicos, promover uma cultura que respeita as diferenças.*

*l. Violência política:* O Papa Francisco nos ensina que “a Igreja é chamada para ser servidora de um diálogo difícil” e por isso é preciso estabelecer uma agenda mínima de diálogo político em nossas comunidades. As escolas de Fé e Políticas ou Escolas de Cidadania são de fundamental importância para o enfrentamento da violência política. Portanto, é importante: *esclarecer a comunidade sobre a importância da participação nos Conselhos Paritários; fortalecer a democracia participativa, através dos preceitos constitucionais do Plebiscito, do Referendo e do Projeto de Lei de Iniciativa Popular.*

*m. Violência religiosa:* a violência manifestada pela intolerância religiosa, além de provocar sofrimento e distanciamento da culta de paz, impõe sequela à alma por uma prática religiosa que, ao invés da liberdade, oprime a misericórdia de Deus. Ações: *articular, por meio do Ecumenismo e do Diálogo inter-religioso, momentos de oração pela paz e lugares simbólicos; articular parcerias e projetos comuns entre as igrejas e religiões que visem a superação da violência.*

*n. Superar a violência no trânsito:*

Fazem-se necessárias medidas de superação da violência no trânsito, seja pela autoavaliação dos próprios motoristas, seja pela organização governamental no que toca à fiscalização do trânsito e preservação das vias. Ação: *instalar uma rede permanente pela paz no trânsito com a participação das entidades da sociedade civil e pública.*

### **Conclusão**

Fraternidade e superação da violência indica um caminho, uma abertura de veredas que desemboquem numa estrada generosa onde há lugar para todos conviverem. A misericórdia veio indicar caminhos novos, para sermos misericordiosos como o Pai. Somos sempre convidados e provocados a viver como irmãos, como irmãs e a Campanha da Fraternidade nos provoca a sermos construtores da paz e gestores de fraternidade. Superar a violência é tarefa de todo cristão, pois recebemos o mandamento do amor como vocação e missão. *Superaremos a violência quando formos tomados pela paternidade de Deus e pela filiação em Jesus. Em Cristo, somos todos irmãos!*

*Elaborado por Pe. Marcio Coelho  
Paróquia São Judas Tadeu – São Carlos-SP*